

SUICÍDIO: GÊNERO, MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES

Laís Meri de Oliveira¹

Kety Carla De March²

RESUMO

O presente artigo busca pensar as construções de memórias a respeito do suicídio, problematizando a atribuição de sentidos e a edificação de discursos ancorados nas relações de gênero no interior do Estado do Paraná. Esta pesquisa é pautada na análise das construções discursivas produzidas no tempo presente a partir das memórias sobre um caso de suicídio/homicídio ocorrido na cidade de Coronel Vivida, região sudoeste do Paraná, no início dos anos 1970. Buscamos perceber como as (re)significações das memórias recriam o passado a partir das vivências das entrevistadas, estabelecendo ligações entre as concepções – temporalmente mutáveis – dos papéis sexuais criados no imaginário da sociedade e presentes nas narradoras. Assim, a pesquisa é estruturada através de fontes orais, tendo como referenciais Portelli e Polack para a compreensão e conceituação de oralidade e memória, bem como Wadi e Matos que permitem refletir sobre a relação entre suicídio e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio; Papéis sexuais; Memória; Subjetividade.

UMA HISTÓRIA SOBRE PEDRO E MARIA

Primeira metade da década de 1970. A memória se constrói de forma confusa entre aqueles que viram e os que ouviram apenas comentários de terceiros. Nos anos que se seguiram, a memória dos eventos se reconstruiu diversas vezes. Nos momentos em que o fato era comentado nas rodas de conversa, novos elementos eram incorporados à narrativa ao mesmo tempo em que outros eram definitivamente esquecidos. Tratava-se da história de dois sujeitos, marcados por suas ações e lembrados também por elas. A história desses sujeitos foi o pano de fundo para reflexões que tomam como princípio a produção de memórias sobre a tragicidade dessas vidas, mas que acabam por descortinar percepções sobre a experiência social de quem procurou falar sobre ela, evidenciando as significações do suicídio na vida de três idosas que, ao falar sobre a morte de outrem, retrataram suas próprias angústias e expectativas.

A mulher, a quem chamamos “Maria”³, estava grávida e necessitou realizar uma cesariana que traria ao mundo a primeira vida e a primeira morte deste emaranhado de

¹Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. E-mail: lais_meri@hotmail.com.

²Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: kety_historia@yahoo.com.br.

³ Os nomes utilizados são fictícios, conforme compromisso firmado em carta de cessão. Também mantivemos a linguagem utilizada pelas narradoras por tratar-se de característica desses sujeitos e seu grupo social.

acontecimentos. “Duas horas e pouco” depois, segundo a narradora Irene⁴, o recém-nascido veio a óbito. Pedro, o pai, providenciou o enterro, enquanto Maria permanecia internada. Ele, que havia dito adeus ao filho, voltou ao hospital para dizer adeus à esposa. Pedro cometera um ato religiosamente condenado: suicídio. Este é apenas o começo da história.

A análise sobre a história de Pedro e Maria é estruturada através de fontes orais. As narrativas têm como cenário a cidade de Coronel Vivida, sudoeste do Estado do Paraná, região marcada pela produção agrícola e que, no momento da morte de Pedro, era uma pequena comunidade cujos integrantes em maioria viviam no campo⁵. Tanto os protagonistas quanto suas narradoras residiam no município⁶. Duas narradoras selecionadas para essa pesquisa, à época das entrevistas, viviam na cidade: Paulina e Elvira⁷. Embora todas tenham vivido grande parte de suas vidas no campo, Irene é a única ainda residente na área rural⁸. Na década de 1970, porém, com uma população estimada em apenas 3588 habitantes, a área urbana estava em formação. Segundo as narradoras, os protagonistas dessa história moravam em um dos extremos da cidade, região à margem do desenvolvimento urbano. Tanto os protagonistas como as narradoras pertenciam a camadas menos abastadas da sociedade e isso refletiu diretamente na forma como conduziram a produção de memórias sobre o acontecimento.

Essas memórias partem das concepções de um grupo sobre a morte: eram cristãos católicos, vivenciaram na década de 1970 os fatos narrados e eram residentes em Coronel Vivida, município que à época possuía pouco mais de vinte e dois mil habitantes e desses em torno de 16% viviam na área urbana, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Urbano.

O suicídio povoa o imaginário social e seus significados variam de acordo com o contexto. Na atualidade é entendido como resultado de problemas psicológicos, de doença

⁴ Devido às particularidades de cada narrativa, utilizamos apenas o relato de Irene para a construção do primeiro subtítulo. A morte desses personagens foi escolhida por ter se firmado como discurso corrente nesta sociedade. Uma marca social rememorada e reelaborada nas rodas de conversas pela extrema excepcionalidade que representou para aquele grupo social. Um acontecimento que nos permite pensar no imaginário construído em torno da subjetivação da morte naquele grupo social percorrendo gerações.

⁵ Segundo Cantú (2006), até fins da década de 1970 havia na cidade apenas a igreja Católica e a Luterana Paz.

⁶ Segundo dados disponíveis no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Coronel Vivida foi inicialmente distrito de Mangueirinha sendo elevada a categoria de Município em 1954. A composição das áreas urbana e rural se modifica nas décadas seguintes e, atualmente, 70% da população é urbana.

⁷ Paulina, entrevistada na residência de uma amiga, sendo acompanhada por terceira pessoa a pedido da entrevistada, em 15/06/2013, com duração de 53 minutos. A entrevistada possuía, à época da entrevista, 84 anos e vivia em Coronel Vivida há mais de 50. Mulher católica, branca, viúva, mãe e avó (assim como as demais entrevistadas). Elvira, também entrevistada em sua residência em 15/06/2013, com duração de uma hora e treze minutos, na época a entrevistada possuía 75 anos e vivia em Coronel Vivida há aproximadamente 50. Irene, entrevistada em sua residência em 05/07/2013, com duração de 53 minutos, na época a entrevistada possuía 73 anos e vivia em Coronel Vivida há aproximadamente 40. Todas as citações atribuídas às entrevistadas neste trabalho dizem respeito a essas entrevistas, portanto, não haverá repetição de informações referentes a elas.

⁸ No entanto, na época dos fatos a narradora residia na área urbana de Coronel Vivida.

mental que leva o sujeito a uma atitude religiosamente e socialmente condenável. O suicídio, numa sociedade voltada para a produtividade, é perda de mão de obra. Mas é também ataque ao poder divino de vida e morte. Essa postura religiosa implica que suicidas sejam vistos como “almas perdidas”. Numa sociedade medicalizada em que a morte foi, de acordo com Moulin (2011), gradativamente afastada do cotidiano social a partir da eficácia da medicina que postergou para a velhice o fenômeno até então recorrente em todas as faixas etárias ao permitir maior possibilidade de sobrevivência a doenças, a percepção sobre a morte foi alterada ampliando consideravelmente a não aceitação da morte, seja ela advinda de uma doença ou de um acidente. A morte no século XX é destinada apenas aos velhos como “ordem natural da vida”. Mortes acidentais, por doença ou extermínio, por exemplo, passaram a ocupar o espaço do extraordinário, fugindo ao cotidiano. Elas, assim como o suicídio, confundem esse processo, mas o último o embaralha sobremaneira ao colocar como sujeito da ação aquele a quem a preservação da vida deveria ser mais cara, o próprio sujeito morto. O suicídio expõe a sociedade a uma situação incômoda: se o medo da morte é uma constante e tentamos a todo custo fugir dela, como pode alguém optar pelo encerramento da própria vida?

Pesquisas nessa área tomam como referência os estudos de Emile Durkheim e entendem o suicídio como fenômeno social associado às pressões exercidas pela sociedade sobre os indivíduos. Essas pesquisas privilegiam como fonte cartas deixadas pelos suicidas, espaço de acesso aos agentes da ação, como em Wadi e Souza (2009). Neste artigo utilizamos a oralidade como fonte. Não podemos ouvir os que morreram, mas é possível analisar de que forma outros sujeitos constroem percepções sobre essa temática articulando a memória de um acontecimento extraordinário às suas próprias experiências. Os caminhos da memória, no entanto, se constroem de forma confusa através de uma multiplicidade de significações.

As vozes se juntam em um destoaante coral, poucas vezes dispostas a contar a mesma história. A narrativa sobre Pedro e Maria apareceu nas entrevistas de forma desarmônica. Por vezes as narradoras discordaram sobre os eventos relatados. Pairou também uma incógnita sobre a identidade desses sujeitos e mesmo Irene, que se dizia próxima às vítimas, não conseguiu lembrar seus nomes ou detalhes de suas vidas. Pouco se falou nas entrevistas sobre eventos anteriores a morte, que pudessem esclarecer sobre a história de vida desses sujeitos. Quem eles haviam sido em vida parece ter se decomposto, restando apenas a memória de seus últimos dias, já turbulentos, e dos cadáveres marcados pelo violento fim. Foi a excepcionalidade vivida por eles que permaneceu como elemento constitutivo de quem eram.

A partir dos relatos, por vezes confusos e dramáticos, buscamos compreender como esses discursos ligam o suicídio às relações de gênero e aos papéis sexuais, perceber como as significações das memórias recriam o passado a partir das próprias vivências das entrevistadas e de que forma isso se atrela ao suicídio. A narrativa da história de Pedro e Maria foi construída através das significações contidas nas memórias dessas mulheres sobre os eventos de 1970. Hoje senhoras, foram escolhidas por terem vivido em Coronel Vivida na data dos fatos e conhecer a história. Após a primeira entrevista as demais entrevistadas foram sendo indicadas por pessoas da comunidade por serem moradoras mais antigas da cidade, cumprindo, portanto, a função de “guardiãs da memória” conforme nos orienta Pollak (1989).

A escolha de mulheres como entrevistadas não foi proposital, já que foram indicações da comunidade que as elegeram como sua voz. No entanto, no decorrer da análise, o gênero das entrevistadas pesou sobre os relatos, pois construiu sobre eles significações que só poderiam ser compreendidas se consideradas as relações de gênero. Não se tratavam apenas de memórias sobre o suicídio, mas de memórias exclusivamente de mulheres sobre o suicídio. O fato de mulheres terem sido apontadas como guardiãs de uma memória tão sombria pode estar relacionado à proximidade que possuíam com os personagens ou pelo entendimento de que a fala a respeito de uma ação originalmente pertencente ao espaço privado deve ser do domínio das mulheres. De qualquer forma, a escolha não foi proposital e a indicação dessas guardiãs nos diz muito sobre a sociedade em que viviam à época da produção das narrativas.

Segundo Joan Scott (1990), gênero não é uma categoria fixa determinada naturalmente pela oposição entre masculino e feminino. A percepção de gênero é móvel, está ligada a transformações nas relações de poder e fundamentada nas diferenças entre os sexos, mas são discursos estruturados através das relações sociais e culturais. Desta forma, as categorias ‘masculino’ e ‘feminino’ têm seus sentidos transformados através do tempo e das sociedades. Os papéis de cada sujeito são definidos de acordo com o modo como a sociedade pensa as relações entre os sexos e isto, por sua vez, é variável segundo o contexto histórico, bem como. “masculino” e “feminino” possuem subdivisões distinguindo tipos de homens e tipos de mulheres. A percepção destas questões possibilitou pensar neste artigo como as relações de gênero influenciaram as narrativas das três entrevistadas e como Pedro e Maria foram pensados por elas a partir de categorizações como os papéis de marido e provedor, mãe e esposa. Wadi e Souza (2009) discorreram sobre o debate entre suicídio e relações de gênero da seguinte forma:

Por que um indivíduo resolve abandonar a vida cometendo suicídio? Desencontros amorosos, ciúmes, doenças avançadas, remorso, raiva, vingança, vergonha, orgulho ferido, solidão, problemas financeiros, dívidas, alcoolismo aparecem como

motivações de suicídio ocorridos na região da comarca de Toledo, no estado do Paraná. Nas, em geral, curtas e fugazes mensagens de adeus deixadas por alguns dos que cometem a autoviolência provocando a própria morte ressaltam fragmentos autobiográficos que remetem à construção de sujeitos marcados pelas relações socioeconômicas e culturais – entre as quais as relações de gênero – dominantes em certo tempo e lugar (WADI; SOUZA, 2009, p. 93).

Compreendemos a multiplicidade do gênero. As entrevistadas, no entanto, partilham de uma visão binômica dos papéis sexuais, reconhecendo os sujeitos através de funções sociais generificadas que são lançadas na narrativa. É fundamental compreender que das três mulheres entrevistadas, apenas uma vivenciou os fatos que narrou, as demais são o que Pollack denomina “viver por tabela” (POLLAK, 1992, p.201). Tanto Paulina quanto Elvira souberam do ocorrido através de terceiros, e sua narrativa esteve pautada no que ouviram falar e no que acreditaram ter acontecido. De acordo com Pollack (1992), o sujeito narrador não precisa ter vivido os fatos para narrá-los. Por vezes a vivência e a memória são transmitidas pelo grupo ao qual o sujeito pertence ou são herdadas nas transmissões orais entre pais e filhos.

A memória é um elemento dinâmico que se constrói no contato com o outro. Dessa forma, a história de Pedro e Maria tornou-se uma experiência coletiva, passando a pertencer ao imaginário da população local. Ao pensar este caso como um “acontecimento regional” que marcou e traumatizou essa sociedade na década de 1970, é possível compreender os elementos constitutivos dessa memória. Segundo Pollack (1992), a memória está geralmente ligada a um local e a um grupo, ela se constrói a partir de um evento ou uma série de eventos e é reconstruída a cada lembrança, inclusive no momento da entrevista.

A história de Pedro e Maria se assemelha a muitas outras que se constroem no imaginário da população e passam a pertencer a somatória de elementos que constituem a história das sociedades. Tais narrativas se imbuem de sentidos e significados que refletem os anseios, medos, valores e ideais, mais precisamente, as subjetividades de seus narradores. Cada narrador é, por sua vez, produto da sociedade e do tempo histórico em que vive. A história oral, de acordo com Portelli, “conta menos sobre eventos que sobre significados” (PORTELLI, 1997, p.31). Assim, as narrativas falam também sobre narradores, grupos sociais e momentos históricos. Dessa forma, os relatos nos trazem visões de mundo, sentidos pautados nas vivências sociais dos entrevistados. Sendo o narrador fruto de uma sociedade e um período, a narrativa que constrói só seria possível nesse local e momento histórico.

O primeiro cenário dessas memórias é o hospital. O parto mal sucedido foi situado nas origens da tragicidade da história. Foi nesse ambiente que a família de Maria passou a existir nas vozes e nas memórias de outras pessoas. Descritos como pobres pelas entrevistadas,

houve consenso sobre as motivações que levaram esses indivíduos ao ato. Segundo Irene, eles moravam próximos a uma olaria, em uma ‘casinha velha’ que ‘deram pra eles morarem’ por caridade. Pedro possuía trabalho esporádico e precisava sustentar as despesas da casa, alimentar e vestir Maria e três filhos. Para Irene, que alegou ter conhecido a família e ter mantido laços de amizade com os mesmos, embora não possuíssem muito “não era uma família assim que era de pedir as coisas, não eram de incomodar ninguém. Se eles tinham comiam, se não tinham não”.

Somada à situação econômica da família, já complicada, Maria ainda passou por uma cesariana e, segundo Irene, não havia na época sistema público de saúde que pudesse cobrir as despesas hospitalares. A cirurgia custou além da renda familiar e os médicos recusavam-se a liberá-la antes que o valor fosse quitado. Pedro retornou ao hospital após o enterro do recém-nascido e avisou a esposa que no dia seguinte não viria. Foi para casa, tirou a corda que prendia o cachorro e se enforcou em uma árvore. Para Irene, Pedro se viu sem opção, tendo perdido o filho recém-nascido, sem dinheiro para pagar a dívida e com três outras crianças para alimentar e vestir. “E daí pedir pra quem? Que naquela época ninguém ajudava ninguém”. Esse homem teria abandonado as funções de pai e marido para tornar-se um suicida.

Tendo conhecimento sobre o ocorrido, Irene foi ao hospital para conversar com Maria e acabou por lhe contar sobre a morte de Pedro. Ambas eram vizinhas quando moravam em uma comunidade interiorana. Maria havia amamentado a filha mais velha de Irene quando esta nasceu, o que apontava para um estreito laço de sociabilidade. As duas se mudaram para a cidade e continuaram se encontrando. Segundo a narradora, convivendo com duas dores simultâneas: a perda do bebê e o suicídio do marido; Maria teria pronunciado as palavras que seriam sua sentença: “Olha, Irene, eu no caminho que o Pedro foi por causa de mim, que não tinha condições de pagar o hospital, eu vou tirar a vida dos meus filhos e tirar a minha”.

Irene relatou que Maria indicou suas intenções nos meses que se seguiram à morte do marido, tendo comentado: “Olha, Irene, eu sonhei com o Pedro essa noite e ele falou que ele está num lugar muito bonito e ele vai vir buscar eu e as crianças”. Irene duvidou que o esposo houvesse realmente aparecido para Maria e associou a visão do esposo a uma doença de ordem psicológica, pois “Decerto depressão (foi) o que deu nela”.

Todos os dias Irene acordava cedo, abria a janela e iniciava sua rotina doméstica. De sua casa podia avistar a casa da amiga. Maria havia lhe feito um pedido: “você não esqueça de sempre levantar cedo e olhar lá pro lado de casa”. Se as circunstâncias fossem outras talvez a frase jamais tivesse ficado gravada na memória de Irene, no entanto, foi *a posteriori* que certos elementos se tornaram os indícios da eminência do acontecimento. É possível também

que tal frase nunca tenha sido dita, sendo fruto da reorganização e ressignificação da memória. Ao rememorar, muito se constrói na busca por compreender o passado. Estivesse Irene consciente ou não da particularidade de tais indícios na época, todos os dias, da janela, visualizava o pedaço de mundo onde uma casinha velha cedida por caridade abrigava os personagens dessa história. Um dia, porém, percebeu um estranho movimento na casa de Maria, “mas nunca me toquei que ela podia ter feito aquilo”. Quando a filha (colega de escola do filho mais velho de Maria) chegou do colégio, ao meio-dia, trazia notícia: “ela matou os filhos [...]. Daí tomou o veneno e estão todos mortos lá dentro da casa!”.

Nós descemos, fomos lá na casa ver. Eles estavam todos na cama ainda, as crianças. Ela estava com um cinto preto amarrado no pescoço. O piá (mais velho) tudo com sinal de cortado de unha no queixo e o sinal de uma bordoadada, assim, na cabeça, que ela tinha um pedaço de pau meio grosso do lado da cama que decerto ela deu a bordoadada no piá pra poder fazer ele tomar o veneno.

Para a narradora, Maria testou o veneno com o cachorro da família e pregou as janelas para garantir que os filhos não fugissem.

E a roupa deles. Todas roupinhas bem velhas, remendadinhas, mas bem limpinhas, cada uma roupinha no seu lugar pra vestir nos filhos. E ela matou eles e deixou todos arrumadinhos em cima da cama. Daí ela deitou, desconfio que ela tomou decerto o veneno e daí amarrô um cinto no pescoço, um cinto preto que ela ainda tava de luto do marido né, que usavam luto aquela vez, roupa preta. Ela tava com o cinto amarrado no pescoço e amarrado na cama.

A cena que Irene descreveu permite perceber o direcionamento da memória para o papel de mãe que ela associava à Maria. Ter vestido as crianças com roupas limpas e posto ordenadamente na cama reflete o cuidado materno. Além disso, no relato, Irene afirmou que Maria estava deitada junto aos filhos. Para a narradora, a mãe preferiu morrer ao lado das crianças, sendo que mais próximo a Maria estava o filho menor, supostamente com cinco ou seis anos. A forma como Irene rememorou e narrou os fatos é o primeiro indício da construção e atribuição dos papéis sexuais ao caso, discussão que retomaremos a seguir.

Como construções subjetivas, há divergências e aproximações nos relatos em relação à sequência e a forma das mortes. Para Paulina não há intervalo de tempo entre a morte do pai e dos demais e todos foram velados juntos. Já Irene afirmou ter se passado de três a quatro meses entre os acontecimentos e Elvira, embora não estipulasse um tempo exato, também apontou para um intervalo maior entre os eventos. As semelhanças entre o relato de Paulina e Elvira no que se refere a morte do filho mais velho, indicam que as narradoras poderiam ter ouvido a mesma versão da história ou compartilhado informações, pois como vizinhas possuíam relações de sociabilidade. Semelhanças e divergências fazem parte da

dinâmica da memória. “A memória é um fenômeno construído social e individualmente” (POLLAK, 1992, p.204) resultado do contato com o outro, possuindo ligações estreitas com o sentimento de identidade. “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p.203), variações ligadas, por vezes, ao próprio entrevistador, quando o entrevistado seleciona o que deseja que ele saiba. A necessidade de lembrar sobre o suicídio implica em pensar o estigma, tocar em assuntos dolorosos e relatar lembranças que podem comprometer a imagem dos sujeitos ou de si mesmo. Pollak, ao tratar memórias traumáticas afirma que “em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas” (POLLAK, 1989, p.6). Assim, a “seletividade da memória” pode ser consciente ou não. O que se recorda sobre o suicídio está mais ligado a morte em si que a seus protagonistas.

É curioso que Irene, embora se dissesse próxima a Maria, não tenha lembrado seu nome real. Também Elvira e Paulina, que narraram horrorizadas detalhes da história, não se recordavam dos nomes desses indivíduos. Como é possível que mesmo quem alegou ter vivido os fatos, ser amiga das vítimas, fizesse tão poucas menções a um passado comum? Os momentos em que o passado apareceu no relato de Irene foram menções a proximidade, visitarem-se regularmente e se conhecerem de longa data, não foram citadas histórias comuns a ambas para além das próximas a morte. Pedro e Maria são personagens que viveram em um tempo, atuaram historicamente, mas que na memória das narradoras existiram apenas a partir dos eventos que desencadearam sua morte. Segundo Irene, Maria tinha mais de trinta anos na data dos fatos, mas conhecemos apenas fragmentos do que teriam sido seus últimos meses de vida. Quem foi Pedro e quem foi Maria, além dos atores de uma trágica peça? A memória sobre Maria permaneceu associada à ideia de mulher trabalhadora – “eram gente boa, gente de confiança, muito trabalhadores eles eram” (Irene) – e, ao mesmo tempo, de mãe assassina.

Nenhuma das narradoras optou por culpar o casal pelos acontecimentos, a culpa era dissolvida nos motivos. Em um olhar mais aprofundado, porém, percebemos que ao elencar motivos as narradoras significaram as mortes através dos papéis sexuais. Os sentidos construídos a respeito do suicídio estavam entrelaçados às relações de gênero e ao cumprimento ou não das funções sociais. Buscaremos pensar a seguir como essas construções foram possíveis e como o suicídio desses indivíduos esteve, na narrativa das entrevistadas, ligado ao cumprimento ou o fracasso em cumprir os papéis sexuais, começando por Pedro.

O PROVIDOR QUE NÃO PROVÊ E O ESTIGMA DO SUICÍDIO

Concretiza-se no século XX o ideal de família nuclear-patriarcal nos moldes burgueses, composto por pai, mãe e filhos. Segundo Archanjo (2008), diferentemente das famílias do século XIX que englobavam indivíduos nem sempre pertencentes ao núcleo familiar, a família nuclear passa a restringir o número de pessoas que a compõe valorizando papéis específicos a cada membro. Para esta autora, as funções exercidas por homens e mulheres passam a ser complementares. Mas este era um modelo de família burguesa, um tipo específico, que foi construído como padrão no período mencionado, não obstante diversos são os arranjos possíveis em vários períodos e lugares, sobretudo quando consideramos raça e classe. De qualquer modo, como modelo mais difundido, povoava o imaginário e a organização social disciplinar, mesmo que diante de dificuldades financeiras, muitas mulheres rompessem com a exclusividade da vida doméstica a fim de auxiliar no sustento da família, o que pesava sobre a masculinidade do parceiro, quando este existia. Neste modelo, as responsabilidades domésticas eram impostas às mulheres enquanto aos homens era destinada a vida pública.

Desse modo, ocorreu uma reestruturação nas funções exercidas pelos membros da família, estipulando-se papéis sociais delimitados pelo gênero. Essa transformação implicou na forma como passaram a ser pensadas as relações entre homens e mulheres, bem como a função que cada qual deveria desempenhar no funcionamento das relações familiares. Essas delimitações poderiam ser alteradas de acordo com as necessidades familiares. Embora entendamos que essas relações eram mais complexas e que era comum a existência de mulheres trabalhadoras, observamos a fala de três idosas que rememoraram tempos vividos a partir de uma nostalgia de uma sociedade de mais simples compreensão, de formas mais conservadoras de sociedade que podem ou não ter experienciado. A partir das décadas de 40 e 50, os discursos construídos descrevem o tipo ideal masculino. Segundo Matos (2001 a), a masculinidade projetava homens que deveriam demonstrar força e capacidade. Sua imagem estava profundamente ligada ao trabalho e a realização pessoal intrínseca a realização profissional. O papel de pai perde importância para o papel de mãe, “o pai torna-se os olhos fiscalizadores, disciplinadores, castradores, e também protetor e provedor, um herói distante e ao mesmo tempo temido” (MATOS, 2001, p.51). Essa visão acerca da masculinidade produz homens impedidos ao sentimento, ensinados a suportar a dor seja ela física ou emocional⁹.

⁹ Albuquerque Jr (2010) reflete sobre os desdobramentos das masculinidades que limitam a sensibilidade dos homens e criam barreiras entre homens e mulheres; ideais de masculinidade que inferiorizam a mulher e fantasiam o homem forte, soberano e dominador; expectativas de masculinidade que quando não alcançadas geram infelicidade pela não correspondência ao modelo.

Como afirma Matos (2001 a), gera homens que devem ocultar suas fraquezas, inseguranças e vulnerabilidades. Homens que não podem fracassar e que se matam quando fracassam¹⁰.

Pedro, para as entrevistadas, personificava o homem que falhou no cumprimento das funções masculinas. As narradoras concordaram que a causa de seu suicídio estaria na falta de dinheiro para pagar o hospital e na dificuldade de sustentar a família, afinal, é preciso justificar o suicídio. Segundo Paulina, “Quando ela (Maria) foi sair o médico não deixou ela sair, porque não tinha dinheiro pra pagar. Ela mandou chamar o marido e ele como não tinha dinheiro para pagar se matou”. Como homem, o papel de Pedro era o de provedor. Deveria suprir as necessidades da família e caberia a ele a função de sustentar a esposa e os filhos. Quando Pedro encontrou dificuldades em cumprir seu papel social se assemelhou a Yoshiro, cujos bilhetes de adeus foram analisados por Wadi e Souza (2009). Yoshiro suicidou-se em 1984, na comarca de Toledo, oeste paranaense. Não é grande a distância espacial e temporal que separa os dois casos, contribuindo para a construção de pontes entre esses personagens. Yoshiro deixou ao todo 10 bilhetes dirigidos a familiares, amigos e credores. As justificativas para a sua morte foram de ordem financeira. Ao falhar profissionalmente, Yoshiro se desculpou com os filhos e pediu que se orgulhassem da mãe, pois o pai havia fracassado. A preocupação dele era com a família: dirigindo-se a ela, “afirmou ter vários seguros; dirigindo-se aqueles que lhe deviam, solicitou que pagassem suas dívidas rapidamente, pois a viúva e seus filhos necessitariam do dinheiro” (WADI; SOUZA, 2009, p.120) e aos credores pediu que não tirassem da família o pouco que deixou. Mesmo diante da morte continuou tentando cumprir suas obrigações como homem diante de um modelo discursivo de masculinidade vigente. Em vida, porém, estava ciente de que não havia atingido o desejado sucesso. Seu suicídio é associado por Wadi e Souza “ao não cumprimento de papéis historicamente consagrados ao gênero masculino” (WADI; SOUZA, 2009, p.120). Yoshiro, assim como Pedro, era o provedor que não conseguiu prover. O suicídio foi para ambos a decisão final.

Ueno ao analisar as taxas de suicídio no Japão conclui que, “em certa medida, a taxa mais alta de suicídio entre os homens se deve a diferentes papéis e expectativas sociais designadas a eles” (UENO, 2005, apud WADI; SOUZA, 2009, p.120-121). Embora trabalhe uma região distinta geográfica e culturalmente do Brasil, suas observações são pertinentes para pensar as mortes de Yoshiro e Pedro. Falhas de ordem econômica que impedem o cumprimento

¹⁰ Nos dias atuais, segundo Bertolote (2012), em todo o mundo ocorre um suicídio a cada 45 segundos. Até 1980-90, o número de suicidas do sexo masculino chegava a ser 3 ou 4 vezes maior que as mortes do sexo feminino. A partir de 1990, porém, essa diferença vem diminuindo. A mudança é atribuída – entre outros fatores – ao aumento da igualdade de gênero, que coloca homens e mulheres cada vez mais em funções idênticas, sofrendo os mesmos tipos de pressão.

de funções ligadas à masculinidade estão entre as principais causas da ocorrência de suicídios. Desde o nascimento pesam sobre o sujeito discursos que determinam uma identidade de gênero, são palavras que se somam informando ao indivíduo quem ele deve ou não ser:

O corpo masculino é um corpo apagado naquilo que é mais próprio, um corpo sem sensibilidade, um corpo castrado na expressão livre dos efeitos trazidos pelos afetos das coisas e das pessoas. É um corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa a protegê-lo do mundo exterior. Um corpo que busca ser impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameace violar ou atravessar, tudo que o possa amolecer, desmanchar, delirar [...] Corpo pensado e treinado para se defender, para dominar a si mesmo e a outros, corpo treinado para ser reativo a tudo que vem de fora, corpo reacionário. Corpo adormecido, corpo censurado, corpo anestesiado, corpo pânico. O corpo masculino pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa, é um corpo censurado e instrumental, um corpo docilizado, um corpo com medo de corpos (ALBUQUERQUE JR, 2010, p.25).

Os direitos e obrigações advindas dos papéis associados ao gênero geram separações entre as funções sociais de homens e mulheres, domesticam suas ações e impulsionam os sujeitos a cumpri-las. Pedro, incapaz de pagar pela cirurgia da esposa, descumpriu um papel, falhou como provedor. O suicídio de Pedro esteve envolto do emaranhado de fios que compunham papéis sociais e expectativas geradas a partir de um ideal de masculinidade que, para as entrevistadas, ao não serem cumpridas, tornaram-se motivações plausíveis para a morte. Foi nesse espaço que essas mulheres idosas procuraram produzir sentido ao suicídio o tornando aceitável ou coerente.

Segundo Irene, Pedro foi enterrado fora do cemitério, como o costume religioso previa para os suicidas. Não há como saber que religião a família professava ou quais eram as crenças que ensinavam aos filhos. Desse modo, é através das referências das entrevistadas ao padre e a missa, que concluímos que o tratamento dispensado aos corpos e às almas foi baseado nos preceitos católicos. Ao fazer o laço que o desligou das obrigações humanas, Pedro cometeu o pecado de atentar contra a própria vida, tornando-se indigno de solo sagrado.

Segundo Bertolote (2012), os relatos de suicídio aparecem em “quase todos os antigos livros sagrados e nas mitologias”. Há milhares de anos as religiões constroem estigmas sobre o suicídio, consciente ou inconscientemente buscando prevenir o ato baseando-se na crença da condenação divina do morto. Por vezes, no entanto, o suicídio aparece como um ato heroico¹¹, em que o indivíduo torna-se assassino de si próprio no intuito de “salvar seu povo ou

¹¹ Sobre esse tema é bastante conhecido o trabalho do sociólogo Durkheim (1978). Para o autor haveria três formas de suicídio: o egoísta, onde há individualização do sujeito e se afrouxam os laços entre ele e a sociedade fazendo com que o mesmo perca a razão de viver, ocorre devido a sobreposição do ego individual sobre o social; o altruísta, é aquele em que o sujeito se sacrifica em prol do bem social, quando o ego não o pertence, mas ao grupo; e o anômico, resultado da ausência de regras sociais, quando a sociedade está em crise.

para se safar de uma situação sem saída” (BERTOLOTE, 2012, p.15). Os cristãos criaram sobre o suicídio ferrenhas condenações, tanto ao morto quanto a família deste, acreditando que a alma do suicida estivesse destinada ao inferno. O Concílio de Arles, em 425, legalizou a condenação do suicídio e o confisco das terras do morto. Assim, não era apenas o suicida a ser punido, mas também a família que perdia o direito sobre os bens, conforme Serra (2008):

Com o cristianismo, o suicídio passa a ser objecto de proibição rigorosa e formal, sendo proclamado crime no Concílio de Arles, de 425, e sujeito a sanção penal no Concílio de Praga, de 563, tendo ficado aí estabelecido “que os suicidas não seriam ‘honrados com nenhuma comemoração do santo sacrifício da missa e que o cântico dos salmos não acompanharia o seu corpo na descida ao túmulo’”. A legislação civil vai seguir, nesta matéria, a legislação canónica e associar, às sanções religiosas e espirituais, as sanções materiais, que faz incidir quer sobre o corpo do suicida quer sobre os seus bens, objecto de confiscação – prolongando assim, sobre os seus sucessores, as consequências do acto do suicida. É apenas a partir da revolução francesa de 1789 que o suicídio vai deixar de ser considerado como crime legal – o que não obstou, no entanto, a que a sua condenação religiosa e moral se tenha prolongado até aos nossos dias (SERRA, 2008, p. 6-7).

Com o tempo outras formas de punir os suicidas foram criadas: arrastavam os “cadáveres pelas ruas, infamavam o morto e confiscavam seus bens” (LOPES, 2011, p.255). Para a Igreja o suicídio era “pecado imperdoável se cometido com a integridade da razão” (LOPES, 2011, p.271). Essa forma de morte de acordo com Lopes (2011) retirava o direito ao tratamento religioso, pois todo homem deveria carregar sua cruz até ser chamado por Deus a outra vida. O indivíduo que não aguentava o fardo não merecia o mesmo tratamento daquele que o havia suportado. A imagem do suicida estaria manchada, atingindo o círculo familiar.

As entrevistadas narraram sobre o destino do suicida: “Não podia, o padre não aceitava. Não aceitava levar na igreja e nem enterrar dentro do cemitério” (Irene). Ao ser questionada sobre o enterro fora do cemitério, Paulina respondeu: “não é de Deus. Falavam assim. Ih, diziam... dizem até hoje que (quem) se mata foi do Diabo”. Não é possível determinar quando a prática desapareceu na cidade, segundo Paulina:

[...] em Jacutinga¹² tem as cruces fora do cemitério. No cemitério antigo, porque agora fizeram um novo, então ali não aconteceu de enterrar fora. Que eu acho nesse novo não se matou ninguém lá em Jacutinga. Acho que não. Mas no antigo tem bastante cruz fora. E não entrava dentro, nem na igreja, nem na igreja não levava.

Após o suicídio do marido a situação financeira da família piorou. Considerando uma sociedade em que a maior fonte de renda familiar ainda provinha do trabalho masculino, ao pensar uma família sem este pilar e que também carregava o estigma do suicídio precisamos considerar fatores além da pobreza pré-morte do marido. Irene afirmou que estavam passando fome e supunha que se as pessoas tivessem ajudado talvez as ações posteriores de Maria

¹² Comunidade interiorana em que residiu a narradora.
Fortaleza, v. 13, n. 25, jan-jun 2022

tivessem sido evitadas. O único auxílio teria sido que “arrumaram serviço para o piá” mais velho. Talvez Irene tenha construído estas significações sobre o abandono e o desleixo da comunidade em uma tentativa de explicar as razões que levaram Maria a cometer o crime, resignificando a memória para retirar a culpa de Maria.

Outro fator é a identidade étnico-racial desses indivíduos. Segundo Irene, Maria “era bem morena, mais pra preto do que pra branco”. A colonização do sudoeste do Paraná ocorreu a partir da migração massiva de riograndenses durante o Governo Vargas, sendo a população composta majoritariamente por descendentes de imigrantes europeus¹³. Para Irene, “Ela era uma preta, mas muito caprichosa” e dos filhos “uns pretinhos tão bonitinhos, [...] sempre bem limpinhos”, o que aponta para a associação discriminatória entre negros e sujeira. A falta de auxílio à família poderia estar ligada a preconceito étnico-racial. Uma família marcada pelo suicídio e pela cor da pele. É possível que a questão racial tenha sido usada pela narradora para reforçar a existência de discriminação, amenizando a culpa de Maria.

A MATERNIDADE DE MARIA E O INFANTICÍDIO

As transformações do século XX trouxeram também a valorização das crianças, anteriormente compreendidas como um “mal necessário” tornaram-se lentamente o centro das relações familiares (ARCHANJO, 2008, p.42). A maternidade passou a ser vista como função inerente à mulher. Construiu-se sobre ela o ideal do amor materno como sendo incondicional e inerente à relação entre mãe e filho. “À função de mãe são atreladas a responsabilidade materna e o dever de amamentação, sendo expurgada a prática de entrega dos filhos às amas-de-leite” (ARCHANJO, 2008, p.42). Ocorrida a concepção, a mulher tipicamente burguesa não poderia negar-se a cumprir o papel materno. Para mulheres pobres a maternidade possuía dinâmicas distintas, uma vez que ao se retirarem do universo privado para adentrar ao mundo do trabalho, muitas vezes a educação dos filhos era compartilhada com outras mulheres que dividiam com essa mãe espaços de sociabilidade e compadrio. Assim, a maternidade romantizada foi vivenciada pelos estratos sociais que possuíam uma divisão ainda acentuada entre mundo público e privado, embora no início dos anos 1970 esses universos se atravessassem e se confundissem. No entanto, mesmo inexistindo uma prática de maternidade completamente

¹³ Sobre os migrantes considerados fundadores da cidade ver: Cantú (2006). Essa obra minimiza a presença de indígenas ou negros como possíveis fundadores da cidade. Essas histórias são silenciadas para a construção de uma memória oficial que contenha os elementos reconhecidamente “civilizadores” como base para a constituição social. É possível que a população negra no período tenha sido pequena na região, mas não há fontes que possam confirmar essa hipótese, pois os censos que contabilizam a população por raça são recentes na cidade.

adequada aos modelos idealizados, a negativa a essa experiência, que frequentemente culminava em casos de aborto e infanticídio, implicava em condenação judicial e social.

Sobre a relação de Maria com os filhos o que temos são as construções feitas pelas narradoras. Suas ações, fossem pautadas no amor que tinha para com os filhos ou guiadas por quaisquer outros desejos: solidão, medo, egoísmo, ódio ou simplesmente demência; são impalpáveis agora. As construções que as narradoras fizeram sobre o fato, no entanto, reinterpretando e significando os sentimentos, desejos e emoções, são passíveis de análise. Nessas construções procuraremos perceber a imposição da maternidade como função social inerente a Maria e que abriu possibilidades interpretativas às narradoras.

As ações foram relatadas em detalhes. Irene e Paulina se recordaram do veneno administrado na mamadeira para os filhos menores, uma cena repleta de elementos simbólicos. Na interpretação das narradoras, esse foi um ato de traição aos filhos que essa mulher deveria proteger. Se a função de Pedro no cumprimento dos papéis socialmente designados era a de trazer para o lar roupas e alimentos, a de Maria era a de vestir, alimentar, educar e proteger. No entanto, ao faltar-lhe o marido, ela também falhara no desempenho de sua função. Se não há roupas para vestir ou alimento para comer, quem era essa mulher? Qual era sua função social?

Para Irene, a indignação estava no fato de ser a mãe a assassinar os filhos: “que fizesse pra ela e não para as crianças”. A condenação se desvia do suicídio para se concretizar no assassinato. O discurso apareceu muitas vezes sob outros nomes e outras vozes. Os “outros” foram regularmente usados pelas narradoras para se eximir de opiniões diretas e condenatórias, colocando sobre outrem a responsabilidade do discurso. Muitas vezes, no entanto, eram as opiniões das próprias narradoras ali apresentadas. Irene também se utilizou de discursos supostamente alheios para afirmar o seu. Segundo ela, no debate que se seguiu sobre ser justo ou não enterrar toda a família fora do cemitério, ela concordou com os que acreditavam que apenas os pais mereciam este tratamento. Para Irene, as crianças não possuíam culpa das ações da mãe, pois eram apenas suas vítimas. Em sua curta vida haviam sido cristãos, pois além de serem batizados frequentavam a igreja. Ela rememora que o bebê recém-nascido, que supostamente também teria sido sepultado em solo profano, também havia sido batizado. Era, no entanto, clara a posição quanto a Pedro e Maria: ambos eram suicidas, haviam cometido pecado ao atentar contra a própria vida. Além disso, Maria carregava outra condenação: o assassinato dos filhos. Para Irene, eles não eram dignos de um tratamento cristão.

Elvira, quando questionada sobre as possíveis motivações para o assassinato dos filhos e suicídio da mãe, construiu significações: “Porque ela ficou endividada e ela com três

crianças e doente. E daí como é que ela ia pagar a dívida lá e sustentar as crianças? E não sei se a casinha lá que ela estava, se era dela... se era deles ou se era... se ela pagava aluguel”. Novamente a falta de dinheiro surgiu como fator determinante para o desencadeamento dos fatos, mas inseriu no diálogo um novo elemento: a preocupação da mãe com os filhos. Para Elvira, a mãe passou a ser responsável por sustentar as crianças, recaindo sobre ela as funções que eram do marido. Ainda havia preocupação com a moradia, a mãe precisava arcar com um local para os filhos viverem. Entretanto, Elvira ignorou as expressões usuais “sustentar a casa” e “sustentar a família” que poderiam ser utilizadas ao se referir ao papel masculino. Ela foi enfática ao dizer que a mãe precisava “sustentar as crianças”, revelando que embora estivesse assumindo papéis masculinos o papel mais importante que Maria continuava exercendo era a maternidade. Essa fala está associada a modelos fixos de feminilidade burguesa, provavelmente internalizado pela entrevistada, mas não vivida por uma mulher pobre e negra do início dos anos 1970, que poderia não perceber tão claramente essa separação de papéis.

Tanto Elvira quanto Irene entendiam a mãe como uma figura de proteção e ambas acreditaram que era o que Maria pensava estar fazendo. Embora Irene condenasse os atos de Maria, justificou-os com uma frase supostamente dita por ela: “ficam sem mãe, um dá um pedaço de pão, o outro dá um tapa”. Assim, compreendemos que para Irene a personagem principal destes eventos seguiu cumprindo seu papel materno. Maria matou os filhos acreditando estar poupando-os de uma vida de maus tratos em mãos alheias, sem mãe ou pai para proteger-lhes. Uma imagem foi marcante para a narradora: “Eu fiquei ainda bem perto da porta pra olhar pro caixão dela, que ela tava bem lá, sozinha, encima do caminhão”. A imagem descrita por Irene caracteriza o final dessa história, momentos antes que os corpos fossem enterrados. Os filhos foram recebidos na igreja, mas para a mãe assassina a benção foi negada. O padre não permitiu que o caixão entrasse na ‘casa de Deus’ e o corpo permaneceu sobre o caminhão durante toda a cerimônia. Maria estava sendo duplamente punida. Sem direito aos ritos religiosos, foi também afastada dos filhos. Se ela os havia matado no intuito de manter a família unida, a sociedade tratou de separar-lhes os corpos. O olhar de Irene na porta poderia ser de pena, mas demonstrava também todo o simbolismo da cena, a mãe foi punida por não ter cumprido seu dever de mãe da forma usual, viva, sendo simbolicamente separada dos filhos.

As significações contidas nos relatos de Elvira e Paulina, diferentemente de Irene, foram construídas a partir das próprias histórias de vida. É importante, neste caso, compreender as vidas das narradoras para perceber as ligações desses relatos com a história de Maria. Começarei com Paulina que, ao ser questionada sobre o que as pessoas falavam sobre a morte

de Maria, afirmou: “jogaram tudo para cima dos médicos”. Sua afirmação não tivera peso *a priori*, mas adquiriu sentido à medida que a narradora passou a falar sobre seus próprios filhos. Um deles, sobre o qual falou emocionada, completava dois anos no dia em que morreu e Paulina disse tê-lo levado ao médico com sintomas de dor de garganta:

Eles fizeram experiência no piá. Só tinha inflamação na garganta, sabe. Que uma vez dava aquelas [...] não chegava a ser “grupo” porque depois deu em outras crianças vizinhas minhas, daí souberam curar. Pela boca, fazer raspagem. Mas o meu eles degolaram. [...] Quando ele entrou na sala dizia “não aqui mãe, vamos embora mãe”. O dia dos dois anos. Ele completou, ele fazia anos dia dezoito de novembro e eu dia dezoito. Então no dia do enterro dele era meu aniversário. [...] Então ainda que cobraram quarenta reais, senão nós não íamos sair do hospital com o guri. De noite, na madrugada, de a cavalo com o nenê no colo morto.

A narradora descreveu a cena no centro cirúrgico: o pequeno corpo de seu bebê desfalecido, gazes ensopadas de sangue contrastando com o ambiente claro do hospital. Segundo a narradora, aos prantos e aos berros pediu que a matassem como haviam matado seu filho, mas o que teria recebido foi uma injeção de calmante. A narrativa de Paulina foi carregada de dor e mágoa, as lágrimas acompanham as palavras com a mesma velocidade, mas não interrompeu a história. Curiosamente, um dos médicos a quem responsabilizou por ter cobrado para matar seu filho é o mesmo que, segundo Irene, teria atendido Maria.

Paulina foi impedida de cumprir o papel materno ao ser separada prematuramente do filho. As lágrimas evidenciaram a dor que o tempo foi incapaz de apagar. O sentimento de maternidade é construído. Ao longo de séculos, mulheres deixaram seus filhos sob a responsabilidade de outras mulheres, não era necessário ter com eles ligações profundas e o próprio ato de amamentar era repudiado. Como vimos anteriormente, são as transformações do século XX que irão valorizar a maternidade como uma “função natural da mulher”, tornando as crianças ao longo do tempo o “elemento central da família” envolto no amor e carinho dos pais. As lágrimas de Paulina foram, portanto, expressões do papel materno. Mães devem amar os filhos incondicionalmente, ainda que eles não estejam mais vivos.

É possível analisar em Elvira significações também pertinentes neste sentido. Durante a entrevista, Elvira direcionou constantemente a narrativa para sua história pessoal na qual a mudança de Tangará para Coronel Vivida foi de fundamental importância. Os filhos ocuparam um espaço de destaque em toda a narrativa, ela recordou a idade de cada um e lamentou que a menina de quatorze meses tenha sido obrigada a vir na traseira do caminhão devido a um desentendimento entre as duas famílias que viajariam: “chegou a rachar todo o rosto, da menina minha, de frio que passaram lá em cima”. Da mesma forma, lembrou que ao chegar ao destino trocou e aqueceu os filhos: “tava tudo roxo, preto de frio”. Ao longo do relato

o papel de mãe se fortalece continuamente. Os filhos não foram apenas mencionados, ocuparam uma posição de destaque em situações onde Elvira personificou a mãe protetora que se preocupava com os filhos e agiu em prol do bem estar de sua prole.

Ela afirmou ter convivido com um marido alcoólatra e ter sofrido com espancamentos frequentes que passaram a ocorrer após a mudança. Narrou que o marido, estando bêbado, tentou matá-la e que um filho a salvou. Também afirmou que:

Mas uma vez ele quase matou essa minha filha [...] ela dormia junto com nós, mas eu sempre cuidava ela e aquele dia lá ela tava assim, deitada do meu lado e ele deitou e deitou em cima dela. Ela chorava e não... e (eu) não conseguia tira ela, porque ele... Sê veja a pessoa quando que ta bêbado que é... Disse “você não vai conseguir tirar ela dali”. “Mas se levante e sai!” eu disse “levante pra mim tirar ela, dai eu ponho...”, ponhava do outro lado né. Mas não queria... não queria. Disse “sê pode tira o braço dela, mas ela não”. Mas veja só! Até quando foi umas hora que eu levantei e... empurrei ele assim, com força, empurrei e ele caiu atrás da cama. Daí ele levantou, foi lá fora pegou o freio do cavalo e entrou lá dentro. Mas olha, ele não me matou por nada aquele dia lá. Eu não tomei uma bordoadada, porque o freio caiu da mão dele lá. Mas daí ele ficou só com o cabo da suitera [...] mas ele me bateu não sei quantas vezes com o cabo daquela suitera. Mas ele não chego a pegar uma... Eu não fiquei ferida nada nada, ele batia [...] ele me derrubou em cima da cama. Ele ficou com uma perna de cada lado assim de mim e com a suitera batia assim, mas ele tava tão tomado que ele nem via onde que a suitera batia. Porque eu não fiquei machucada nada nada, foi Nossa Senhora que olhou nessa hora[...]

A narrativa de Elvira articulou conexões com a história de Maria. Tais reflexões sobre a própria vida partiram das significações construídas para a morte de uma mulher sobre a qual afirma só ter “ouvido falar”. A partir da história de Maria, Elvira passou a narrar sua própria história. Segundo Schimidt (2012, p. 82-83): “mesmo quando os nossos entrevistados falam de outras pessoas ou de eventos dos quais não participaram diretamente, eles o fazem a partir de suas vivências e visões de mundo particulares – ainda que socialmente condicionadas -, de seu próprio ‘eu’”. A narrativa se constrói a partir da perspectiva da narradora e o discurso sobre o outro é também um discurso sobre si. A entrevistada é quem verdadeiramente conduz o diálogo. No entanto, quando a entrevistada se desvia do que desejamos ouvir, pode conduzir a interpretações mais produtivas do que aquelas que o pesquisador veio buscar. A entrevista é, portanto, a construção sobre o passado a partir de si mesmo.

Elvira insistia em falar sobre os sofrimentos da própria vida. De alguma forma ela construía conexões entre o tema da pesquisa e as experiências que narrava. Perguntada sobre se já havia pensado em suicídio, a resposta foi conclusiva:

Uma vez me deu vontade, até peguei a... peguei até a soga (corda). Disse “vou me matar”. Mas eu tinha as três crianças, quatro pequeninhas, [...] Mas dai as crianças me... não me deixaram, sabe. Não me deixaram. E depois, eu também não tinha coragem de fazer uma coisa... Dai você pense se eu ia fazer uma coisa, dai deixar tudo as crianças na mão de... do pai assim, o que que ia acontecer?

A função de mãe protetora atingiu sua máxima. A vida turbulenta com o marido havia instigado a narradora ao suicídio, mas a ligação com os filhos a manteve viva. Enquanto Maria levou os filhos, receando que ao deixá-los sofressem com o mundo e as pessoas que os rodeavam; Elvira ficou pelos filhos, pois temia que, ao deixá-los nas mãos do pai, sofressem ainda mais. Os sentimentos que moveram ambas as mulheres representam as funções sociais da mulher enquanto mãe. A mulher não deveria abandonar o lar e não deveria abandonar os filhos. Separar-se dos filhos não foi uma opção para nenhuma delas, suas ações refletiram, em sentidos opostos, o que se esperava de sua função social. Os modelos hegemônicos de feminilidade e masculinidade, embora não vividos na experiência cotidiana, servem para forçar posturas sociais enquadradas a essas expectativas. Mesmo não sendo representativas da maternidade ideal, essas narradoras entendiam quais eram as normas de adequação e jogaram com elas ao produzir sua memória sobre Maria e sobre suas próprias histórias.

Maria não deixou nenhuma carta de que se tenha conhecimento, nada restou da protagonista desses eventos. Os sentidos construídos pelas narradoras que justificaram as ações dela estão em consonância com a análise de Vasquez (2005) sobre os abortos e infanticídios entre os séculos XIX e XX nos Campos Gerais: “para muitos não amar um filho era crime inexplicável, pois a maternidade e o amor que devia acompanhá-la estariam inscritos desde sempre na ‘natureza feminina’” (VASQUEZ, 2005, p.56). Assim, buscou-se justificar os crimes cometidos por mães contra seus filhos como atos de insanidade mental ou frutos de condições desesperadoras como a pobreza e o abandono do companheiro. A forma como as narradoras buscaram justificar as ações de Maria pela pobreza, falta do marido e a preocupação com os filhos, podem ser também construções que buscam harmonizar o assassinato dos filhos e o amor materno, entendido como natural. Pode se tratar de significações que visam consciente ou inconscientemente inocentar ou ao menos amenizar o impacto das ações de Maria, tentando organizar os fatos através das relações de gênero. Admitir que Maria desejou matar os filhos seria aceitar que mulheres não são essencialmente mães na concepção normativa do termo.

MARIA E O PAPEL DE ESPOSA

Se toda identidade se constrói por oposição, não é diferente com as relações de gênero. Ser mulher se estabelece como oposto e complementar ao homem, sendo também bombardeada desde o nascimento por discursos modeladores que a ensinam a ser dona de casa e mãe de família, com a função de “organização da vida doméstica, cuidando da limpeza da

casa, do preparo dos alimentos, da educação dos filhos” (ACHANJO, 2008, p.41). Segundo Matos (2001 a), na busca por seguir o modelo de esposa ideal, a mulher devia ao marido carinho, compreensão e fidelidade. Sua devoção destinava-se a ele e aos filhos. No entanto, quando o matrimônio é interrompido como reagiria a mulher? Se a função de mulher coexiste e complementa a função masculina, qual seria o impacto para os papéis sexuais da perda do companheiro? Segundo Wadi e Souza (2009, p. 119), “há uma ideia generalizada de que a identidade da mulher está ligada à existência de um homem ao seu lado”.

Também uma “Maria” personifica os papéis sexuais frustrados nas mensagens de suicídio analisadas por Wadi e Souza (2009). Essa mulher, acreditando estar sendo abandonada pelo marido, revelou em um bilhete deixado para ele o desespero e a culpa por não ter cumprido adequadamente seu papel de esposa. Se suicidou afirmando não querer mais que seu marido sofresse por ela, se suicida porque acreditava estar sendo abandonada e que sem o marido não suportaria viver. A Maria, que em Coronel Vivida assassinou os filhos e a si própria, não era diferente desta, na verdade, ambas foram movidas pela mesma função.

Os avisos que Maria teria dado a Irene são como as mensagens de adeus deixadas pelos suicidas de Toledo. Para Irene, Maria teria falado sobre os sonhos que teve com o marido nos meses que se seguiram à sua perda, porque se sentia culpada pela morte do marido. Embora não tenha deixado nenhuma carta ou bilhete explicando suas motivações, as mensagens de adeus se perpetuaram nas vozes de outras pessoas. Se foram ditas por Maria ou construções posteriores criadas por Irene para significar sua morte, as palavras não fogem aos papéis sexuais. Esta Maria era como a outra que diante da perda do esposo não encontrou razões para viver. Não era possível cumprir sua função de mulher se não havia o oposto a si, o homem.

A culpa por serem abandonadas estava em ambas as Marias. Se o marido as deixava – pelo suicídio ou pelo abandono – pesava sobre elas a incapacidade de manter a felicidade do lar. De formas diferentes, elas se sentiam responsáveis por serem abandonadas. “O amor e suas variações, a falta, o excesso, a culpa...” (WADI; SUZA, 2009, p.116), apontado por Wadi e Souza como sendo a principal motivação para o suicídio, está presente em ambas as Marias. E ao mesmo tempo em que a Maria de Coronel Vivida levou os filhos num ato de zelo materno, pois temia deixá-los para sofrer; a de Toledo demonstrou o zelo de mãe dedicada cumprindo sua missão máxima ao pedir ao marido que cuidasse da filha Mariana. Os papéis que os sujeitos são coagidos a cumprir desde o nascimento, falam muitas vezes tão alto que é possível ouvi-los nas vozes de diferentes pessoas – inúmeras outras Marias.

O papel de esposa que está associado ao suicídio de ambas as Marias, é também o papel que manteve Paulina “em pé” durante anos. Paulina mencionou que o marido havia tentado suicídio. As origens do problema foram situadas pela narradora na doença do sogro e uma briga que envolveu três dos cunhados de Paulina e que resultou na morte de um dos irmãos. Tendo falecido o pai e o irmão e estando outros dois feridos, o marido de Paulina se tornou depressivo e, nos anos que se seguiram, a vida dela tornou-se um inferno. Vagou pelos consultórios médicos sem obter respostas: “mas ele não está doente, ele tem a pressão boa e tudo” diziam os médicos não conseguindo encontrar a causa da doença.

A recomendação: “Vai pra casa trabalhar” era recorrente, pois sujeitos socialmente adequados são produtivos. Da negação da doença passamos para a medicação do sujeito, usuário de medicamentos que regulam seu humor, ansiedade, tristezas e evita sofrimentos para a continuação da produtividade. No entanto, naquele momento, a narradora afirmou que a medicina demorou anos para diagnosticar a depressão. Nesse período conviveu com a iminência do suicídio do marido que sofria alucinações e tentava fugir para se suicidar, por isso precisava estar atenta a movimentações suspeitas e o seguia. O homem ideal é inabalável e não demonstra fraquezas, não deve haver nele espaço para sentimentos. As reações do marido de Paulina não condiziam com esse tipo ideal de masculinidade.

Apesar do desespero vivido com as tentativas frequentes de suicídio, Paulina construiu sua narrativa afirmando que lutou pela vida do esposo. No início deixou os filhos com os vizinhos para levá-lo ao médico, mas com o tempo abandonou a casa no interior e passou a morar em Pato Branco¹⁴, dessa forma conseguiu tratar o marido e cuidar dos filhos simultaneamente. A luta de Paulina refletiu uma luta também pelo cumprimento de seu papel, sua obrigação como esposa era a de manter a estabilidade do lar, a educação dos filhos e a felicidade do esposo. Inseriu os filhos na narrativa, lembrando-se da necessidade de deixá-los pequenos aos cuidados de outros e como ela os levou consigo quando a situação exigiu a mudança, cumprindo assim o papel materno de não afastar-se da prole.

A narradora pareceu aliviada ao dizer que o marido morreu de causas naturais e não pelo suicídio: “Ainda que a gente nunca teve ninguém da família que se matou. Pelo amor de Deus! Mas cuidamos muito, porque ele queria”. Ter salvado o marido do suicídio foi em Paulina a expressão máxima de um papel cumprido: “Morreu no hospital, mas não da depressão”. Como esposa dedicada, alegou ter mudado sua vida em função do marido que, entre as idas e vindas da doença, “não prestava para nada”. A frase de Paulina enfatizou que o

¹⁴ Cidade vizinha de Coronel Vivida tinha na época melhores recursos médicos.
Fortaleza, v. 13, n. 25, jan-jun 2022

esposo havia perdido a capacidade de prover o lar e a melhora foi lembrada por ela como o momento em que este retomou a vida profissional, reassumindo sua masculinidade através do trabalho. A cura do marido foi também o triunfo da mulher que se entregou ao papel de esposa.

Outro relato que remeteu aos papéis sexuais foi o de Elvira que, durante a entrevista, insistia em falar sobre o esposo, morto logo após a separação. Ele era alcoólatra e a morte estaria ligada ao vício. Enfatizou também a relação conturbada com o marido que se tornou alcoólatra após a mudança para Coronel Vivida. Na memória da narradora o ato de beber foi associado a uma hereditariedade, pois o marido possuía um tio alcoólatra:

[...] eu pedi pra ele antes de casar. Eu disse “você não vai fazer que nem o teu tio depois? Depois de casado?” Ele disse “capais”. Ele disse “onde é que se viu isso aí? Nois tamo loco de vergonha por isso”. Disse “se nois acha de vende a terra, nois vamo sair daqui”. Ele disse “porque, tenho vergonha por causa do tio” [...]

A promessa não foi cumprida. O fato de ter descoberto que o sogro também bebia foi relatado com indignação. Havia namorado por cinco anos o rapaz e ninguém, nem mesmo a sogra, que parecia ter a obrigação, lhe avisou sobre os problemas da família¹⁵. Um homem alcoólatra não cumpriria com uma função que lhe era primordial ao se tornar pai: transmitir ao filho exemplos de boa índole. O pai viciado contribuiria para ampliar a degradação social, ao retransmitir geneticamente o vício ao filho. Ser considerado ébrio, neste período, era um importante desqualificador da masculinidade. Segundo Elvira, tornar-se alcoólatra transformou o marido, passando “de um rapaz que todo mundo gostava” para um homem agressivo e ciumento. Chegava bêbado em casa e a rotina de maus-tratos tinham início. As agressões também se dirigiam aos filhos do casal, que precisavam ser defendidos pela mãe. Inicialmente a família havia morado com um tio de Elvira, mas acabaram mudando-se e o esposo passou a exercer a profissão de professor. A casa onde residiam dividia espaço com uma “bodega” (bar).

De acordo com Matos (2001 b), “A preponderância do alcoolismo masculino era justificada pela maior facilidade dos homens em ir a casas de bebidas, pontos de reuniões de homens pela maior liberdade masculina de circulação no espaço público” (MATOS, 2001 a, p. 76-77). Elvira acusava os “comparsas” do marido pelas rotineiras farras que terminavam em agressões físicas. A culpa pelo alcoolismo é desviada para a família e amigos do esposo, atribuindo a outros sujeitos ou ao álcool a responsabilidade pela violência cometida contra si.

Virgili observa que “[...] os discursos a propósito do álcool são ambivalentes: denunciando um homem embriagado e alcoolizado, eles retiram dele uma parte da

¹⁵ O alcoolismo era visto como problema hereditário e causa da degeneração social, por isso, de acordo com Matos (2001 b), as campanhas antialcoólicas convocavam esposas a serem guardiãs da saúde dos familiares homens e, por consequência, da higiene social dos trabalhadores.

responsabilidade, atribuindo as causas da violência à miséria social e à doença” (VIRGILI, 2013, p.92). Desse modo, ao considerar o alcoolismo como doença, acabava-se justificando os atos de violência conjugal pela situação social dos sujeitos e a doença do alcoolismo. Apesar de Virgili referir-se às campanhas antialcoólicas na França da primeira metade do século XX, sua análise sobre o alcoolismo permite compreender as significações construídas por Elvira. À medida que a narrativa se aprofunda em sua história de vida, ela afirma: “e bêbado você sabe, a bebida é uma droga né”. A associação de Elvira desvia a culpa do marido, afinal, se o álcool é uma “droga” ele não podia ser responsabilizado pelos seus atos. Há uma tendência em desresponsabilizar o alcoólatra. A culpa em si é atribuída ao vício e não ao viciado.

Apesar das agressões constantes a que a narradora disse ter sido submetida, ela já passava dos quarenta anos quando se separou e só o fez porque ele tentou matá-la, momento em que houve ruptura com o entendimento de que a violência conjugal poderia ser correccional, se transformando em ato reprovável que escapara à normalidade média. Elvira falou da separação como um ato desesperado. Pouco mais de um ano depois o marido faleceu numa cirurgia por não ter seguido a recomendação médica de não beber. A bebida, causa dos problemas conjugais, apareceu também como causa da morte do esposo. No entanto, passados mais de trinta anos, mesmo após ter sofrido maus-tratos e se separado deste, Elvira seguiu cumprindo a função de esposa, mantendo a sepultura e rezando pelo esposo (não apresentado como ex-marido), pois acreditava que a oração dos vivos ajudaria a salvar a alma do morto¹⁶. Esse comportamento está relacionado às funções sociais legadas pelo papel feminino socialmente determinadas que a narradora acreditava estar cumprindo. O compromisso com a memória do esposo é parte de sua crença e obrigação religiosa. Ela assumiu o papel de viúva, embora já fossem separados, por se sentir incapaz de se desligar do papel legado pelo gênero e é perceptível a preferência pela identidade de viúva a ser identificada como separada.

Mulheres “desquitadas” eram entendidas como incapazes de cumprir seus deveres de esposas e de se mostrarem boas companhias para outras mulheres consideradas de “boa família”, solteiras ou casadas. Conforme Bassanezi (2004), as mulheres desquitadas “Frequentemente eram consideradas má influência para as bem casadas, recebiam a pecha de liberadas e ficavam mais sujeitas ao assédio desrespeitoso dos homens. A conduta moral da mulher separada estava constantemente em vigilância [...]” (BASSANEZI, 2004, p. 636). Essa não aceitação da mulher desquitada estava associada a ideais conservadores construídos

¹⁶ As construções sobre o pós-vida relatadas por Elvira são explicadas pela crença no purgatório, local para onde iriam as almas com possibilidades de salvação. Elvira compreendia que o marido não seria digno do céu, mas acreditava que através da oração poderia ajudar a alma do esposo a se salvar.

por instituições como a Igreja e o próprio Estado (ao não legalizar o divórcio). O discurso sobre essas mulheres permitia a construção de um pensamento em que eram vistas como corpos mais acessíveis ao sexo, detentoras de menores pudores e proteção junto à Justiça. Na prática, essas mulheres, que muitas vezes tinham filhos, precisavam trabalhar pelo seu sustento, o que fazia com que estivessem mais expostas ao mundo público, lugar ainda negado às mulheres. Pesou sobre Elvira o preço simbólico cobrado pelo rompimento da promessa. Só a morte deveria separá-los, o rompimento, no entanto, deixou uma dívida que a narradora acreditava possuir com o marido. O fato de este ter morrido menos de dois anos após a separação talvez fosse também fonte das lamentações de Elvira. Impedida de ser esposa, se tornou viúva. Essa era uma forma de readequação social encontrada pela narradora.

Os papéis de esposa pensados a partir de Paulina e Elvira apresentam diferentes perspectivas sobre as masculinidades de seus companheiros. Enquanto o marido de Paulina não conseguiu cumprir o ideal masculino pela aparente fragilidade emocional, o marido de Elvira o extrapolou através da rudeza e da agressividade. O alcoolismo se constituiu também como forma de pensar a masculinidade desse sujeito pela força e poder diante da mulher. Nessas narradoras os papéis da mulher aparecem em concordância e em conflito com os papéis masculinos, às vezes, existindo através deles. Maria, esposa e mãe, também é pensada através dos papéis opostos, sendo suas ações justificadas pela falta do marido. O suicídio foi construído nas narrativas como resultado do cumprimento ou não de papéis sexuais, as significações sobre a morte passaram a existir através do gênero, da etnia e da classe social dos personagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos suicídios se tornaram de conhecimento público numa cidade pequena situada numa região que, para Souza (2007), possui taxas desse tipo de morte superiores à média estadual e nacional. O suicídio então, embora rompesse com a normalidade cotidiana, não era um fenômeno por si só excepcional, fazendo parte dos acontecimentos locais e povoando as conversas nas redes de sociabilidade. O que fez então com que as mortes dessa família fossem escolhidas para permanecer no imaginário social? Provavelmente por retratar o assombro da ruptura da ordem social ali contida. A monstruosidade sobre a história se propagou no tempo, povoando o imaginário social e se constituindo em ensinamento.

Mas, o protagonismo de Maria e Pedro foi se dissolvendo para dar lugar a vivências que não se tornaram de conhecimento público. Pedro e Maria se transfiguraram aqui no ponto

de comparação entre histórias para que as narradoras demonstrassem o quanto foram capazes de sobreviver às intempéries que poderiam tê-las levado ao mesmo fim. Assim, mostraram resistência e maior conformidade aos papéis esperados para elas. Espelhada na história do casal, a vida dessas mulheres toma espaço e voz narrativa. Como o personagem “mentiroso” de Janaina Amado (1995), essas mulheres se recobrem da história de outrem (do Dom Quixote ao qual tiveram acesso) para falarem sobre suas próprias experiências. Elas se tornaram protagonistas da história que contaram. Como idosas, sofreram inúmeras experiências de vida que modificaram o modo como construíram memórias sobre o ocorrido. No entanto, alguns pontos da história de suicídio/infanticídio, se repetem. Isso ocorre especialmente pela ação da chamada memória coletiva, que elegeu uma das versões como verdade e passou a reforçá-la constantemente, escolhendo sujeitos que a representassem e a repetissem à exaustão.

Nas entrelinhas das narrativas desvendamos emaranhados de sentidos e significações. O que disseram explicitamente; o que ocultaram consciente ou inconscientemente; o que tentaram dizer, mas não disseram. Não são apenas vocábulos, mas sentidos históricos impingidos nos sujeitos pela sociedade e na sociedade pelos sujeitos. Significações filhas de um tempo e um lugar, expressas nas vozes envelhecidas; nas mãos enrugadas que se cruzam sob os braços, também enrugados; nos olhos que já não enxergam tão bem; e na memória que conta quem é, por onde passou e o que acumulou no caminho. Interpretações que ligam a subjetividade do sujeito ao contexto histórico ao qual pertence.

As narrativas orais constroem interpretações sobre o passado a partir de concepções do presente. O sujeito narrador fala sobre si e sobre os outros e constrói sentidos a respeito das ações de ambos os indivíduos no processo histórico. As narrativas de Irene, Elvira e Paulina trazem a tona significações sobre o suicídio intrínsecas as relações de gênero. As situações que as narradoras descrevem são significadas por elas através dos papéis sexuais socialmente aceitos. A história de Maria é pensada pelas narradoras a partir de si próprias e no decorrer das narrativas relatam suas experiências, opiniões e ligações pessoais com o suicídio, a maternidade e as funções de mulher/esposa e homem/provedor, reforçando as assimetrias de gênero.

As narrativas nos permitem perceber a medicalização do suicídio à medida que as narradoras informam que no período não se conhecia a depressão, mas nas significações presentes o desespero de Maria é associado à doença. Lopes (2011) aborda a medicalização do suicídio como uma visão proveniente do século XIX, que passa a tratá-lo como uma patologia. A medicalização se manifesta tardiamente nas narrativas, sendo resultado de um permanente

embate entre religiosidade e discurso médico. Também seria possível pensar a permanência do discurso religioso que é adaptado pelas narradoras para poder conviver com o discurso médico.

As distinções de tratamento dadas ao suicídio, nos dois tempos históricos pensados nessa pesquisa, permitem compreender a adaptação das religiosidades cristãs acompanhando as transformações culturais e sociais. Atualmente, o enterro fora do cemitério não é mais realizado. É possível que o costume tenha desaparecido da região algum tempo depois de Pedro e Maria serem enterrados. Ironicamente, o cemitério teria crescido e acabou por engolir as sepulturas da família enterrada diretamente na terra, não possuindo túmulos de cimento.

O ato suicida encontra na voz dessas velhas mulheres explicações atreladas às suas próprias experiências sociais e pessoais. No âmbito social, articulam a decisão de morte de Pedro e Maria a situações que também vivenciaram em algum momento das próprias vidas. No âmbito social, compreendendo que o suicídio é um fenômeno articulado a pressões exercidas sobre os sujeitos, as três entrevistadas procuraram justificar uma ação socialmente condenável a partir da impossibilidade dos mortos realizarem a contento os papéis socialmente determinados a eles como homem e mulher. Portanto, a explicação sobre a morte se ampara em elementos constituintes do gênero e as consequentes exigências na composição de feminilidades e masculinidades a partir de relações assimétricas e naturalizadas como essenciais e opostas. Pedro não conseguiu cumprir sua masculinidade ao ser incapaz de prover os sustento do lar e Maria não conseguiu cumprir com a expectativa de maternidade imposta sobre ela, recebendo piedade por parte das entrevistadas que enfatizaram as dificuldades financeiras e a possível doença que acometeu a mulher. Para as narradoras, somente doente, acometida por uma grave depressão ou loucura, uma mãe poria fim à vida dos filhos. Toma a cena a doença, empurrando para o passado o pecado antes associado ao suicídio. De pecadores, os suicidas passam a ser objeto de piedade e medicalização a partir das ressignificações elaboradas pelas entrevistadas num presente repleto de discursos de verdade produzidos pelos mais variados campos da medicina e pela própria releitura do tratamento dado ao corpo do suicida pela Igreja.

Irene, Paulina e Elvira nos contaram sobre como este grupo ao qual pertenciam pensava o suicídio, a condenação que recaía sobre o morto e seu impacto na vida da família. Elas falaram sobre como suas vivências as fizeram pensar o fato e como suas próprias famílias se envolveram nos sentidos por elas construídos. Mesmo que não deixassem explícito, a influência que o mundo ao seu redor teve sobre os sentidos que construíram esteve presente, vivendo nas pausas, nos gestos, nas lágrimas e também nos silêncios que diziam muito ao

ocultar ou mascarar, que diziam ao não dizer. As narrativas reconstróem e reinventam um período, ressignificam na atualidade os eventos ocorridos no início dos anos de 1970.

Nossas narradoras eram mulheres de camadas menos abastadas da sociedade e essa posição tem relação direta com a forma como produziram memórias sobre o suicídio evidenciando diferentes experiências sociais articuladas ao cotidiano da pobreza como: a ausência de medicina capaz de salvar a um filho ou a participação do companheiro em encontros regados a bebidas alcoólicas em bares próximos à residência ou com os quais dividiam as paredes da casa em que viviam. Essas mulheres também haviam sido tocadas pelos discursos disciplinares da sociedade que lhes ensinava formas de ser homem e mulher que, embora nunca vividos na sua totalidade, orientavam os comportamentos e, ao necessitarem construir memórias, se valeram deles a fim de legitimar seus lugares de fala e dar ao seu próprio passado inteligibilidade, coerência e normalidade. Essas narradoras, assim como outros sujeitos sociais arrebatados por uma história de suicídio que atinge diretamente suas convicções religiosas e de vida, procuraram significar o que viram e ouviram a fim de tornar legítimo o passo tomado pelos personagens, seja no suicídio ou no infanticídio. Somente almas perturbadas teriam tais atitudes, então, o que levou essas almas a essa condição? Foi essa pergunta que essas mulheres procuraram responder a partir de suas próprias experiências de mundo e daquilo que lhes atingia diretamente como sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charlton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lucia da Silva (ORGS). **Gênero e Práticas Culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

AMADO, Janaina. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. In: Revista História. São Paulo, 1995.

ARCHANJO, Daniela Resende. **Um debate sem embate: a discussão sobre o divórcio no Congresso Nacional (Brasil, 1951-1977)**. 2008. 226 f. Tese (doutorado em História). 2008. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Claudia Del; BASSANEZI, Carla (orgs). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BERTOLETE, José Manuel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp, 2012.

CANTÚ, Jandyra Stahl. **Coronel Vidua: sua história, sua terra, sua gente**. Palmas, 2006.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio, estudo sociológico**. São Paulo: Abril cultura, 1978.

LOPES, Fabio Henrique. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011. , p.251-281.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História das sensibilidades: em foco – a masculinidade**. História: questões e debates, Curitiba, n.34, 2001 (a).

_____. **Meu Lar é o Botequim: Alcoolismo e masculinidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 (b).

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alan; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História do Corpo: As mutações do olhar. O século XX**. Petrópolis: Vozes, 2011.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente?** Proj. História, São Paulo, 14. fev. 1997, p.25-39.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: MONTENEGRO, Antonio Torres (et. al) (org). **História Oral, Desigualdades e Diferenças**. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

SERRA, Joaquim Mateus Paulo. **O suicídio considerado como uma das belas artes**. Covilhã, Portugal: LusoSofia press, 2008.

SOUZA, Keila Rodrigues de. **Suicídio e desenvolvimento regional: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990 a 2005**. 2007. Dissertação de Mestrado em História. Unioeste, Marechal Candido Rondon.

VASQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX**. 2005. Dissertação mestrado em História, 2005. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: COURTINE, Jean-Jacques. **História da virilidade**. A virilidade em crise? (séculos XX-XXI). Petrópolis: Vozes, 2013, p.82-115.

WADI, Yonissa. M.; SOUZA, Keila Rodrigues de. Suicídio e escrita autobiográfica: cultura, relações de gênero e subjetividade. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso

EMBORNAL

Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

(orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.93-130.